



## ESPAÇO METROPOLITANO CEARENSE: BREVES CONSIDERAÇÕES

Ceara's metropolitan space: brief considerations

Espacio metropolitano cearense: breves consideraciones

Francisca Fernanda Batista de Castro<sup>1</sup>

Virginia Célia Cavalcante de Holanda<sup>2</sup>

### RESUMO

Esse trabalho busca refletir sobre o espaço urbano-metropolitano cearense. Trata-se de um espaço complexo, formado por três arranjos institucionais: a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), a Região Metropolitana do Cariri (RMCariri) e a Região Metropolitana de Sobral (RMS). Destacamos inicialmente que este não é um estudo comparativo entre as três RMs, uma vez que, buscamos compreender as recentes transformações provocadas pelo processo de globalização, sem perder de vista as suas singularidades. Percebe-se que os arranjos supracitados possuem linhas de diferenciação no que se refere a contingente populacional, economia e concentração de oferta de serviços. Contudo, possuem os maiores centros urbanos do Estado, exercendo forte centralidade, com destaque na rede urbana cearense.

**Palavras-chave:** Urbano-metropolitano, arranjos institucionais, rede urbana cearense.

### ABSTRACT

This work seeks to reflect on the urban-metropolitan space of Ceará. It is a complex space formed by three institutional arrangements: the metropolitan region of Fortaleza (RMF), the metropolitan region of Cariri (RMCariri) and metropolitan region of Sobral (RMS). We emphasize initially that this is not a comparative study between the three metropolitan regions, since we seek to understand the recent transformations provoked by the globalization process, without losing sight of their singularities. It can be seen that the aforementioned arrangements have lines of differentiation in relation to the population contingent, economy and concentration and offer of services. However, they have the largest urban centers in the state, exerting a strong centrality, especially in the urban network of Ceará.

**Keywords:** Urban-metropolitan, institutional arrangements, urban network of Ceará.

<sup>1</sup> Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza – CE. Email: fernandacastro1@hotmail.com

<sup>2</sup> Profa. Adjunta do Curso de Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Possui Pós doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Email: virginiaholand@hotmail.com

## RESUMEN

Este trabajo busca reflexionar sobre el espacio urbano-metropolitano cearense. Se trata de un espacio complejo, formado por tres variaciones institucionales: la Región Metropolitana de Fortaleza (RMF), la Región Metropolitana del Cariri (RMCariri) y la Región Metropolitana de Sobral (RMS). Acentuamos inicialmente que este no es un estudio comparativo entre las tres RMs, la medida que, buscamos comprender las recientes transformaciones inducidas por el proceso de globalización, sin perder de vista sus singularidades. Se percibe que las variaciones arriba citados poseen líneas de diferenciación en lo que se refiere a contingente poblacional, economía y concentración de oferta de servicios. Sin embargo, poseen los mayores centros urbanos del Estado, ejerciendo fuerte centralidad, con destaque en la red urbana cearense.

**Palabras clave:** Urbano-metropolitano, variaciones institucionales, red urbana cearense.

## INTRODUÇÃO

As recentes transformações socioespaciais decorrentes da rápida urbanização brasileira desencadearam na formação de grandes aglomerados urbanos em todo o país. Assim, a aglomeração populacional é condição primeira para a formação dos espaços metropolitanos. Essa transição de um Brasil urbano para um Brasil metropolitano foi fortemente influenciada por correntes migratórias campo-cidade e por um novo patamar industrial que se acentuou nas décadas de 1970/80. Nesse contexto de reorganização do território surgiu a necessidade de se pensar estratégias para a gestão e resolução dos problemas urbanos que se avolumavam, cada vez mais nas cidades brasileiras.

Partindo desse pressuposto, a análise das transformações socioespaciais que desencadearam o processo de metropolização cearense, sua evolução e a institucionalização de suas regiões metropolitanas constituem o principal objetivo dessa proposta de investigação. De maneira específica, buscamos identificar similaridades e diferenças entre as mesmas, particularmente no que se refere às mudanças socioespaciais e o papel de centralidade exercida pelas suas cidades consideradas polos.

Ao analisar o processo de estruturação e reestruturação do espaço cearense, Amora (1999) identifica três níveis de assentamentos urbanos que compreendem a atual rede urbana cearense, são elas: a metrópole, as cidades médias ou intermediárias e as pequenas cidades locais. Ainda segundo a autora, uma das principais características do sistema urbano cearense é a fraca articulação entre as cidades e a forte concentração urbana na capital e sua área metropolitana.

De fato, Fortaleza exerce uma forte hegemonia na rede urbana cearense desde o século XIX, inicialmente como grande centro coletor de produção algodoeira e por sua função administrativa e recentemente como centro de comando a partir da sua oferta de serviços. No entanto, destacamos uma forte reestruturação produtiva em curso no estado do Ceará, que movida pela reprodução capitalista vem provocando mudanças nesse espaço e alterando a hierarquia entre os lugares.

Para analisar essas questões, será feita inicialmente uma discussão referente à perspectiva teórico-conceitual, tendo em vista a necessidade de compreensão dos conceitos que norteiam a temática, seguida por uma abordagem acerca do processo de institucionalização das três regiões metropolitanas do Ceará – Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), Região Metropolitana do Cariri (RMCariri) e Região Metropolitana de Sobral (RMS).

Trata-se de arranjos institucionais com realidades distintas que exercem importante papel na rede urbana cearense, uma vez que possuem como cidades polos, a metrópole – Fortaleza e duas cidades médias – Juazeiro do Norte e Sobral. Ademais procuramos compreender o dinamismo urbano desses aglomerados, considerando seus graus de diferenciação.

### UMA PÓS-URBANIZAÇÃO CHAMADA DE “METROPOLIZAÇÃO” DO ESPAÇO

O desafio de entender a dinâmica socioespacial contemporânea nos leva a refletir sobre o processo de metropolização do espaço, mediante a sua estreita relação com a globalização e a reestruturação produtiva. Nessa perspectiva, a metropolização é um processo socioespacial que imprime características metropolitanas ao espaço, isto é, um processo “que transforma as cidades e as metrópoles” e, nestes termos, indica uma ação continuada do processo de urbanização, ou como prefere Ferrer (2003), é uma pós-urbanização (LENCIONI, 2006).

Ascher (1998 p. 5), ao analisar o processo de metropolização na França e em outros países industrializados, destaca que nesses países “a metropolização é simultânea de uma urbanização mais clássica”, ou seja, ocorre ainda mediante uma emigração rural e, concretiza-se por uma extensão e densificação das grandes cidades.

Debruçando-se principalmente na área metropolitana de Paris denominada *Île-de-France*, Ascher (1998, p. 5-6) ressalta que a França permaneceu muito tempo como um país rural, urbanizando-se após a segunda guerra mundial. Por sua vez, essa urbanização ocorreu a partir de uma “pressão combinada” entre crescimento demográfico e emigração rural, assim “a urbanização francesa foi, não somente tardia como também política e culturalmente incompleta”. Com isso, ele afirma que a metropolização:

[...] Concentra de forma crescente os homens, as atividades e as riquezas em aglomerações de varias centenas de milhares de habitantes, multifuncionais e fortemente integrados na economia internacional. Fazendo-se acompanhar de transformações significativas das grandes cidades, dos seus subúrbios e arredores, elas constituem espaços urbanizados cada vez mais vastos, heterogêneos, descontínuos, formado, por vezes, por grandes cidades cada vez menos ligadas a uma economia regional e cujas retaguardas territoriais se transformam em espaços de serviços e de lazeres (ASCHER, 1998, p. 15-16).

É bem verdade que a análise feita por Ascher (1998) é baseada na realidade europeia que, por sua vez, é diferente da latino-americana. Não obstante, trata-se de uma nova forma de hierarquização espacial, que possui características como a descontinuidade da malha urbana, segregação socioespacial e uma forte heterogeneidade que são típicas das nossas grandes metrópoles e, por este motivo, importantes na compreensão da metropolização do espaço no Brasil.

Estudiosa do processo de metropolização na grande metrópole paulista, Lencioni (2013) afirma que muitos espaços, fora das regiões metropolitanas do Estado de São Paulo, criados institucionalmente apresentam características metropolitanas que até então eram específicas e particulares das metrópoles. Neste caso, estas transformações são marcas das modificações causadas pelo processo de metropolização. A autora retoma a discussão de Bernard Kayser (1969), geógrafo francês que se destaca como um dos precursores da discussão da metropolização na França e faz uma distinção entre os espaços metropolizados e espaços não metropolizados.

Para Bernard Kayser “o espaço metropolizado se caracteriza como espaço estreitamente e concretamente ligado a grande cidade por meio de fluxo de pessoas, mercadorias e capitais, fluxos esses bastante intensos e permanentes e que coincidem, de fato, com os grandes eixos de urbanização. [...] Por outro lado, “o espaço não metropolizado é fundamentalmente heterogêneo e essa heterogeneidade se revela em vários níveis”, o espaço não metropolizado se caracteriza, ainda, por uma densidade demográfica não só rural como particularmente fraca” (KAYSER *et al.* 1990 *apud* LENCIONI, 2013).

Os espaços metropolizados que segundo autor estão relacionados às metrópoles, tamanha a sua concentração de serviços e pessoas, diferenciam-se dos não-metropolizados por estes estarem mais distantes dos centros urbanos, assemelhando-se a aspectos rurais. Contudo, é possível observar segundo Lencioni (2013) que não há uma dualidade espacial nem um antagonismo por parte desses espaços, isto é, os espaços metropolizados e não metropolizados nem são excludentes nem contrapostos.

Posto isso, a autora avança e destaca que “o processo de metropolização acentua a homogeneização do espaço, intensifica sua fragmentação e altera a hierarquia entre os lugares” bem como, implica na abordagem do espaço como política e possui estreita relação com a globalização e reestruturação produtiva (LENCIONI, 2013 p. 31).

Não obstante, Lencioni esclarece que o conceito de metrópole está relacionado à cidade, isto é, forma urbana de tamanho expressivo, seja em extensão territorial, população, atividades econômicas e concentração de serviços de ordem superior. Enquanto a metropolização relaciona-se ao espaço, “portanto, quando falarmos em metropolização, estamos falando de um processo relativo ao espaço, e não a cidade” (LENCIONI, 2006, p. 47).

Posto isso, ressaltamos que as metrópoles não são espaços exclusivos do processo de metropolização, visto que as pequenas e médias cidades passam a apresentar hábitos culturais e

representações de valores que até então só eram vivenciados por estas. Deste modo, propomos uma reflexão acerca das especificidades do espaço metropolitano cearense que, em alguns casos, são constituídos por uma metrópole de influência nacional e, em outros, por cidades de atuação regional.

## URBANIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE REGIÕES METROPOLITANAS NO BRASIL

Após a segunda metade do século XX, especificamente entre os anos de 1960 e 1970, os temas relacionados à urbanização ganharam destaque no Brasil. Foi nesse período de intenso crescimento populacional, que o país viu emergir, de maneira mais intensa, as problemáticas referentes a programas e projetos administrativos, que contemplassem as mazelas enfrentadas por nossas cidades.

Por conseguinte, a institucionalização das primeiras regiões metropolitanas no Brasil surge “das consequências no que concerne à concentração de população, atividades e renda, agudizando a desigualdade e a segregação em alguns pontos do território nacional” (MOURA *et al.*, 2006). Partia-se do pressuposto de que as regiões metropolitanas, a partir de um modelo de gestão tecnocrático e padronizado conseguiriam, com maior facilidade, solucionar os problemas impostos àquela realidade.

Foi assim que em plena ditadura militar e com a finalidade de responder aos anseios de um regime autoritário, foram institucionalizadas as primeiras RMs, através da Lei Complementar nº 14 de 1973<sup>3</sup>. A escolha das primeiras regiões metropolitanas no Brasil foi realizada incluindo os principais centros nacionais, em especial as capitais dos estados e suas áreas de polarização constituídas por municípios limítrofes e integrantes da mesma unidade socioeconômica.

A definição das áreas foi feita mediante critérios técnicos, contudo, foram identificados alguns sinais de fragilidade durante a seleção, evidenciadas no caso das RMs de Belém e Curitiba, cuja dinâmica metropolitana na época podia ser considerada menos intensa que a de outros centros, como Brasília, preterido do processo federal de institucionalizações (MOURA *et al.*, 2003). Do mesmo modo, ocorreu em Fortaleza formando-se como unidade administrativa (AMORA, 1999). A autora destaca ainda que, na década de 1970, o conceito de região metropolitana só aplicava-se a poucas cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, o que ressaltava, já naquela época, o caráter político da institucionalização.

Com o fim do modelo autoritário e centralista, ocorreu a promulgação da Constituição Federal de 1988, onde foi delegado aos estados o poder de instituir novas RMs. Desde então surgiu um novo cenário metropolitano no Brasil, a partir da inserção das regiões metropolitanas em processos estaduais de planejamento regional. Desse modo:

---

<sup>3</sup> Lei Complementar nº 14 de 1973, foram institucionalizadas as RMs de - Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo, e posteriormente a do Rio de Janeiro segundo a lei 20/1974.

Além de abrir a possibilidade de alteração dos limites das RMs existentes, incluindo ou mesmo excluindo municípios, desencadeou um contínuo ciclo de institucionalizações de novas unidades regionais, quase sempre classificadas como metropolitanas. Na maioria dos casos, essas unidades abrangeram áreas que se formaram ou se consolidaram como espaços de crescimento e ocupação contínuos nas últimas décadas, polarizados por outras capitais de estados ou centros regionais (MOURA *et al.*, 2006, p. 36).

Azevedo e Guia (2004) destacam que a Constituição de 1988 veio institucionalizar uma nova arena, para o estabelecimento de acordo entre os vários atores que atuam no cenário metropolitano. No que diz respeito à participação institucional na gestão das regiões metropolitanas, os autores destacam que a Constituição reforça a necessidade do envolvimento da “comunidade” e/ou dos municípios, uma vez que, a governança não se reduz a dimensão do desempenho administrativo. Logo, deve haver cooperação dos atores políticos e da sociedade.

Essa redemocratização possibilitou a criação de formatos institucionais mais flexíveis e adequadas à realidade de cada estado, a partir das suas peculiaridades regionais. Contudo, Rolnik e Somekh (2004, p. 113) destacam que “a descentralização e o aumento da autonomia municipal acabaram evidenciando claramente a não-legitimidade e a não-representatividade dos organismos existentes de gestão metropolitana”.

Acresce informar que, nesse contexto de federalismo e descentralização, a gestão metropolitana não era prioridade. Assim, não foram criados mecanismos institucionais de governança metropolitana capazes de solucionar os problemas comuns aos municípios. Além disso, é destaque a falta de articulação entre União, estados e municípios em torno de projetos de interesse comum (GARSON, 2009).

Com o advento da Constituição de 1988, percebem-se algumas mudanças do arcabouço institucional da gestão metropolitana, dos quais se destacam: a criação de espaços que permitem a participação da sociedade civil e os novos formatos institucionais, como Consórcios Públicos e Privados, Assembleias Metropolitanas, Fóruns de Desenvolvimento, Arranjos Produtivos Locais e Novos Conselhos Gestores.

Contudo, apesar dos avanços, a descentralização não foi capaz de lidar com as desigualdades dos espaços regionais brasileiros, uma vez que a crise da governabilidade desses espaços permanece até hoje. Do mesmo modo, prevalece os desequilíbrios inter e intra-regionais, bem como o não desenvolvimento de instituições que estimulem a cooperação entre os entes da federação (GARSON, 2009).

Para Moura e Firkowski (2001), a idealização de regiões metropolitanas no Brasil, possui estreita semelhança tanto com as definições de áreas metropolitanas, como estratégias de ordenamento territorial nos Estados Unidos e na França. As autoras destacam que nesses países, desde a segunda metade do século XX, foram criadas entidades metropolitanas com os seguintes objetivos: (i) promover o ordenamento territorial na França e (ii) organizar informações estatísticas no caso estadunidense. Foi também nas décadas

de 1960 e 1970 que as primeiras regiões metropolitanas foram criadas nesses dois países. Esse fato influenciou a discussão dos estudos voltados para essa temática no Brasil.

Nessa perspectiva, as autoras vêm desenvolvendo trabalhos que trazem o caráter político como principal motivador da institucionalização de RMs no Brasil, principalmente a partir da década de 1990. Assim, Moura e Firkowski (2001) acreditam que as principais críticas que cabem ao modelo de institucionalidade adotados no Brasil recaem sobre as fragilidades do arcabouço jurídico a despeito da delegação constitucional.

É sabido que a região metropolitana é uma política territorial institucionalizada legalmente, visando atender interesses comuns aos municípios que a compõem. Não obstante, essa institucionalidade não pode ser adotada como prioridade, tendo em vista que a região metropolitana pressupõe uma realidade social e econômica que deve ir além de uma definição legal. Nesse sentido, Silva (2007, p.105) afirma que:

Na perspectiva conceitual os recortes espaciais denominados regiões metropolitanas são áreas detentoras de uma elevada taxa de urbanização, agrupadas na forma da lei para integração e organização do planejamento e execução de funções com interesses comuns metropolitanos, aglomerados urbanos e microrregiões.

Nesse contexto, a institucionalização de regiões metropolitanas tem desencadeado diversas críticas, principalmente na esfera acadêmica, uma vez que o país vem passando por um verdadeiro processo de “metropolização institucional”, isto é, são mais de 70 RMs em todo o Brasil, das quais 33 se encontram na região Nordeste. No Ceará, além da RMF, instituída na década de 1970 também foram institucionalizadas a RM do Cariri, no ano de 2009 e a RM de Sobral em 2016.

São três RMs com diferentes níveis de centralidade que emergem a partir de duas dimensões distintas: uma relacionada à dinâmica urbana nacional, polarizada por uma metrópole que desempenha papel de comando na rede urbana regional, e outras duas que se relacionam à escala estadual, cujos critérios de constituição pautam-se na realidade cearense.

## REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA

Composta atualmente por dezenove<sup>4</sup> municípios, a RMF foi instituída pela LCF 14/1973, de 8 de agosto de 1973 e possui uma população de aproximadamente 4 milhões de habitantes, o que representa quase 50% da população total do estado. Sua economia é responsável por mais 65% do Produto Interno Bruto – PIB estadual, alcançando uma cifra que se aproxima de R\$ 51 bilhões. (OBSERVATÓRIO DAS

<sup>4</sup> Municípios que compõe a RMF: Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Pacatuba, Aquiraz, Maracanaú Eusébio, Itaitinga, Guaiuba, Chorozinho, Pacajus, Horizonte, São Gonçalo do Amarante, Pindoretama, Cascavel, Paracuru, Paraipaba, Trairi e São Luís do Curu.

METRÓPOLES, 2015). Estes dados colocam a RMF na oitava posição entre as RMs brasileiras de maior população, e o 15º lugar em termos de riquezas.

Por conseguinte, a capital cearense – Fortaleza, além de concentrar a maior população urbana do Estado, se configura como a 5ª maior cidade do país e dispõe das principais atividades econômicas, poder político e a gestão do território cearense. (AMORA, 1999). Acresce destacar que o intenso crescimento populacional sofrido pelo Estado e sua capital começou a se intensificar a partir da segunda metade do século XX, com um aumento significativo nas taxas de urbanização, movidos pelos fluxos migratórios do campo em direção as cidades, como pode ser observado na tabela abaixo.

**Tabela 1** – Crescimento populacional do Ceará nas últimas décadas.

Distribuição da população no Estado do Ceará					
Anos	Total	Urbana	%	Rural	%
1950	2.695.450	679.604	25,21	2.015.846	74,79
1960	3.296.366	1.098.901	33,33	2.197.465	66,67
1970	4.361.603	1.780.093	40,81	2.581.510	59,19
1980	5.288.253	2.810.351	53,14	2.477.902	46,86
1991	6.366.647	4.162.007	65,37	2.204.640	34,63
2000	7.430.661	5.315.318	71,53	2.115.343	28,47
2010	8.452.381	6.346.557	75,09	2.105.824	24,91
2017*	9.022.477	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Censo Demográfico – Ceará, (1950-2010)

\*Estimativa populacional do IBGE para o ano de 2017.

Nessa ótica de crescimento populacional urbano, Fortaleza se mantém em destaque como um dos doze polos metropolitanos consolidados no Brasil e uma estimativa de mais de 2,6 milhões de habitantes para o ano de 2017. Todavia, a importância da capital cearense não se restringe a concentração populacional, uma vez que seu território também se destaca pela concentração de atividades político-administrativas, econômicas e sociais (SOUZA, 2005).

Para Costa e Amora, (2015) três períodos marcaram a configuração do espaço cearense e fortaleceram o papel centralizador da metrópole Fortaleza. O primeiro foi o agroexportador que teve seu apogeu com a criação do gado e o cultivo do algodão, o segundo foi marcado pela integração ao mercado nacional e a criação da Sudene, sobretudo nos anos de 1960/70 quando Fortaleza já se destacava como um dos principais centros urbanos do país e o terceiro período, dos anos 1980/90, caracterizou-se pela chegada de novas indústrias ao Ceará e o advento do turismo litorâneo, impulsionados pela participação do Estado.

Ao analisar as transformações na dinâmica metropolitana, Costa e Amora (2015, p. 60) atestam que a RMF apresenta diferentes graus de integração, “que se dão através dos fluxos, resultantes do modo como aconteceu à formação socioespacial do Ceará, a modernização e sua inserção na globalização”. As autoras utilizam as seguintes variáveis para realizar a análise: população, área, densidade populacional, população

urbana, grau de urbanização, densidade por setores urbanos, PIB, população ocupada em atividades agrícolas e não agrícolas, renda domiciliar e movimentos de pessoas para trabalho e estudo e chegam a seguinte conclusão:

Em geral, há uma grande distância, aqui compreendida no sentido socioeconômico, entre a metrópole Fortaleza e os demais municípios metropolitanos, sobretudo aqueles que mantêm ainda atividades rurais como é o caso de Guaiuba (35,5%), Pindoretama (25,6%), Chorozinho (30,6%) e São Gonçalo do Amarante (24%). Identificam-se na RMF três municípios com graus de urbanização baixos, Pindoretama (60,38%), Chorozinho (60,41%) e São Gonçalo do Amarante (65,2), enquanto dois municípios têm graus de urbanização de 100%, como é o caso de Fortaleza e Eusébio. Todavia, Eusébio não detém o mais alto nível de integração, pois está abaixo de Caucaia e Maracanaú (COSTA; AMORA, 2015, p.63)

Ainda segundo as autoras apenas os municípios de Caucaia e Maracanaú apresentam altos níveis de integração. Contudo, Caucaia se destaca como o maior município em área e o mais populoso, depois de Fortaleza (ver tabela 2). Não obstante, sua dinâmica está, em parte, atrelada à metropolização litorânea (turismo, veraneio, especulação imobiliária) e também às atividades relativas ao trabalho e estudo. Acresce destacar que o município tem a maior expressão nos movimentos pendulares e está ligada a Fortaleza por meio de trem metropolitano (COSTA; AMORA, 2015).

**Tabela 2 – População da Região Metropolitana de Fortaleza.**

Municípios	Área (km <sup>2</sup> )	População (2010)	Taxa de urbanização (%)	População Estimativa (2017)	Densidade demográfica
Aquiraz	480,976	72.628	92,37	79.128	150,50
Cascavel	837,967	66.142	84,90	71.079	78,99
Caucaia	1 227,895	325.441	89,18	362.223	264,91
Chorozinho	278,400	18.915	60,41	19 197	67,94
Euzébio	79,00	46.033	100,00	52.667	582,66
Fortaleza	314,93	2 452 185	100,00	2 627.482	7.786,44
Guaiuba	267,203	24.091	78,36	26.331	90,19
Horizonte	159,972	55.187	92,50	65 928	344,96
Itaitinga	150, 788	35.817	99,30	39.310	236,51
Maracanaú	105,696	209 057	99,31	224 804	1.960,25
Maranguape	590, 824	113.561	76,00	126.486	192,19
Pacajus	254,435	61.838	81,95	70 911	243,00
Pacatuba	132, 427	72.299	85,89	82.824	547,74
Paracuru	303, 253	31 638	65,08	33 894	105,35
Paraipaba	301, 123	30.041	44,72	32.515	99,83
Pindoretama	72,855	18.683	60,38	20 644	256,06
São Gonçalo do Amarante	834,394	43.890	65,02	48.265	52,60
São Luís do Curu	122,00	12.519	64,56	12 849	100,74
Trairi	924, 555	51.432	36,53	55.207	55,55
<b>Total</b>	<b>7 438,693</b>	<b>3.615.767</b>	<b>-</b>	<b>4.051.744</b>	<b>-</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico – Ceará, (2010)

\*Estimativa populacional do IBGE para o ano de 2017.

Já Maracanaú, destaca-se como a maior concentração de força de trabalho industrial depois de Fortaleza, e na participação do PIB total da RMF. O município também se liga a capital pelo trem metropolitano e vem ampliando nas últimas décadas suas atividades de comércio, com a presença de um *shopping center* e de grandes lojas de cadeia nacional, além disso, Maracanaú:

Se insere no eixo produtivo da RMF e detém a maior aglomeração de indústrias no estado do Ceará, pois abriga o primeiro distrito industrial criado ainda nos anos 1960, além de outros, instituídos posteriormente pela iniciativa municipal. A concentração de indústrias e a presença de extensos conjuntos habitacionais contribuíram para o adensamento populacional desse município que apresenta nível muito alto de integração (COSTA; AMORA, 2015, p. 64);

Também possuem alto nível de integração os municípios de Horizonte, Pacajus e Eusébio, sendo que este último vem apresentando um aumento considerável na construção de condomínios de alto padrão. Já os municípios de Aquiraz, Maranguape, Pacatuba, São Gonçalo do Amarante e Cascavel foram classificados com nível médio de integração, embora Cascavel mantenha uma dinâmica voltada para atividades de turismo e lazer, graças a sua extensa faixa litorânea e Aquiraz se destaque no contexto da metropolização litorânea a partir do famoso parque aquático Beach Park (COSTA; AMORA, 2015).

No grupo dos municípios de baixos índices de integração estão Pindoretama, Chorozinho, Guaiuba e Itaitinga. Com exceção de Itaitinga, com 99,30% de grau de urbanização, os demais apresentam baixas taxas para municípios metropolitanos: Pindoretama, 60,38%, Chorozinho, 60,41%, e Guaiuba, 78,36%.

É sabido que o processo de metropolização reflete mudanças de hábito na sociedade. Posto isso, concordamos com Silva (2005, p. 105), que “a RMF vem experimentando transformações rápidas, com mudanças substanciais na sua estrutura e fisionomia urbanas”. Além disso, trata-se de um aglomerado que não se reduz a um recorte institucional, tendo em vista que é polarizado por uma metrópole com grande diversificação funcional que desempenha um importante papel na organização de um espaço regional ou nacional.

## REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI

A primeira tentativa de instituir uma região metropolitana no Cariri ocorreu em meados dos anos 2000. A proposta partiu da Deputada Estadual Iris Tavares, através de um projeto de Lei Complementar apresentado na Assembleia Legislativa do Estado entre 2003-2006. O projeto visava à aglomeração de cinco municípios – o Crajubar (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha) mais Caririaçu e Missão Velha. A região deveria se chamar CICEROMETROPOLITANA, em homenagem a figura do Padre Cicero, todavia, o projeto de Lei nunca foi aprovado (QUEIROZ, 2013).

Após praticamente uma década foi institucionalizada a RMCariri através da Lei Nº 78 de 29 de junho de 2009. Esse arranjo surgiu como uma proposta de desenvolvimento regional, tendo em vista a redução das

disparidades regionais, resultado da urbanização desigual, que é uma marca não apenas do Ceará, mais do Brasil como um todo. Nesse sentido, a sua criação esteve relacionada à necessidade de compartilhar com a capital cearense não só a atração populacional, como também investimentos de ordem pública e privada. Nas palavras de Cartaxo (2009 s/p) então secretário das cidades na época:

O processo de ocupação do território do Ceará do sertão para o mar, durante o ciclo do gado no século XVIII, e a exportação de algodão pelo porto de Fortaleza, integrando a capital do estado ao mundo industrial europeu no século XIX, contribuíram para o desequilíbrio regional e a desigualdade social entre a capital e o interior do estado. Isso se aprofundou com o processo de transformação de Fortaleza em uma metrópole regional no século XX, cujo poder de polarização hoje, além de todo o Ceará, alcança os estados do Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas, influenciando mais de 20 milhões de pessoas, segundo o IBGE/2008.

Para o secretário esse desequilíbrio e desigualdade se manifestam na concentração de população e atividades na Região Metropolitana de Fortaleza, de outro lado, na concentração da pobreza e no crescimento incipiente das cidades do interior. Nesse contexto, além de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, como principais centros urbanos, também fazem parte da RMCariiri os municípios de Missão Velha, Jardim, Caririaçu, Farias Brito, Santana do Cariri e Nova Olinda. A escolha desses municípios, que juntos formam o Cariiri Central, se deu a partir da necessidade de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum; da relação de integração socioeconômica ou de serviços entre seus principais centros urbanos; além do processo inicial de conurbação entre o núcleo Crajubar. A região possui uma população de aproximadamente 600 mil habitantes, segundo estimativa do (IBGE, 2017).

**Tabela 3 - População da Região Metropolitana do Cariiri.**

Municípios	Área (km <sup>2</sup> )	População (2010)	Taxa de urbanização (2010 %)	População (Estimativa, 2017*)	Densidade demográfica
Crato	1.176,467	121.428	83	135.604	103,21
Juazeiro do Norte	248.832	249.939	96	270.383	1.004,45
Barbalha	569.508	55.323	69	59.811	97,14
Missão Velha	645.703	34.274	45	35.409	53,08
Jardim	552.424	26.688	34	27.076	48,31
Nova Olinda	284.401	14.256	68	15.433	50,13
Santana do Cariri	855.563	17.170	51	17.489	20,07
Caririaçu	623.564	26.393	53	26.892	42,33
Farias Brito	503.622	19.007	47	18.720	37,74
<b>Total (RMCariiri)</b>	<b>5.460,084</b>	<b>564.444</b>	<b>-</b>	<b>601.817</b>	<b>-</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico – Ceará (2010)

\*Estimativa populacional do IBGE para o ano de 2017.

Os dados revelam que com exceção da conurbação existente entre o Crajubar com 76% da população da RMCariiri e uma taxa de urbanização de 89%, os demais municípios se destacam por possuir

um pequeno núcleo urbano cercado de grandes áreas rurais de baixa densidade demográfica, com participação do setor agrícola superior a 30% no emprego total. Contudo, a expressividade do Crajubar vai além do quesito populacional, visto que esse aglomerado apresenta uma elevada concentração de serviços o que o faz ser considerado uma capital regional C, segundo a hierarquia da rede urbana brasileira proposta pelo (REGIC, 2007). Juntos os três municípios apresentam uma espécie de divisão funcional em relação à oferta de serviços.

Reconhecido como um importante centro urbano regional, o município de Crato por muito tempo foi visto como um polo educacional e cultural, em virtude da localização da Universidade Regional do Cariri (URCA), como principal instituição de ensino superior da esfera estadual, que provoca forte fluxo de estudantes de diversos municípios cearenses, bem como dos estados da Paraíba, de Pernambuco e do Piauí. Todavia, essa conjuntura começou a se modificar na primeira década do século XXI quando o município de Juazeiro do Norte passou a vivenciar o surgimento de novas lógicas espaciais, marcado por um intenso crescimento demográfico e ampliação da indústria, comércio e da oferta de serviços.

Já Barbalha, terceira maior cidade do Cariri cearense em termos populacionais e econômicos, é destaque na RMCariri através dos serviços de saúde prestados a população local e cidades circunvizinhas. Além do Hospital e Maternidade São Vicente de Paulo, maior unidade de saúde da cidade, e referência em tratamento de pacientes com câncer no Cariri, Barbalha também dispõe do Hospital do Coração do Cariri, único hospital público especializado no tratamento de doenças cardiovasculares da região e Hospital Santo Antônio, especialista em traumas. Assim, embora Juazeiro do Norte esteja no comando da oferta de serviços saúde da região, essas três unidades continuam exercendo grande influência, principalmente para a população que depende do Sistema Único de Saúde (SUS).

Não obstante, apesar da importância exercida por Crato e Barbalha convém destacar que Juazeiro do Norte atualmente exerce forte atração tanto para o consumo de bens não tradicionais da região, quanto para a concentração de serviços diversos como (*fast-foods*, shopping, hipermercados, instituições de ensino superior, clínicas e hospitais especializados) fazendo deste o maior aglomerado urbano do interior do estado.

Com uma densidade demográfica de 1.004 hab/km<sup>2</sup> e quase 50% da população total da RMCariri, Juazeiro do Norte se destaca como uma das mais importantes cidades do Ceará, seja em termos populacionais ou econômicos. A cidade recebeu nas últimas décadas um conjunto de investimentos da esfera pública e privada que aumentou substancialmente seu poder de centralidade, cujo raio abrange a maioria dos municípios do sul cearense, atingindo também os estados do Pernambuco Piauí e Paraíba.

Outro marco importante nas transformações do novo dinamismo urbano apresentado por Juazeiro a partir do final do século XX foi à implementação do Cariri Shopping, em 1997. Considerado o primeiro grande equipamento comercial dessa natureza a se estabelecer no interior do Ceará, o shopping é um equipamento

urbano de repercussão em escala regional. Localizado no bairro triângulo, um dos mais elitizados da cidade, na principal via de acesso do município de Juazeiro do Norte e um dos principais eixos de circulação com os municípios vizinhos, de Crato e Barbalha, o então Cariri shopping passou a ser administrado pela empresa Tenco Shopping Center, adotou a marca *Garden* e passou a integrar uma rede nacional de shoppings.

Somada a esses fatores, a figura do Padre Cícero exerce um papel relevante no desenvolvimento econômico do município, visto que move até hoje milhares de pessoas aos espaços sagrados de Juazeiro, através de suas romarias, distribuídas durante um calendário anual da cidade. No entanto, se faz necessário ressaltar que embora a cidade se destaque como um dos cinco destinos religiosos mais visitados do país e o seu grande idealizador, continue a influenciar no contexto urbano-regional, a figura do “santo padre popular” se sobressai através do turismo religioso, contudo, não é mais o principal motor que rege a economia juazeirense.

Apesar da expressividade populacional e econômica do Crajubar, Lima Júnior (2014, p. 209) afirma que a criação da RMCariri “foi muito mais resultado de medidas governamentais agrupada no conjunto de ações objetivando descongestionamento/concentração na RMF, do que mesmo por se observar aí o fato metropolitano propriamente”. Para esse autor, a atuação da RMCariri está mais relacionada ao papel de centro intermediário, exercendo influência sobre os municípios do Cariri e territórios de estados vizinhos, do que de uma metrópole.

Já Queiroz (2013) ao pensar o Crajubar como uma “metrópole fora do eixo” acredita que esse novo quadro que começou a se desenhar na área da RMCariri, mais precisamente em Juazeiro do Norte a partir da segunda metade dos anos 2000, evidencia um novo estágio do processo de urbanização desta cidade, descolado da dinâmica precedente, pois não mais vinculado diretamente ao processo de industrialização. Para esse autor tais características coincidem com a lógica contemporânea de produção do espaço metropolitano.

De fato, é inegável que no Crajubar as realidades urbanas são cada vez mais integradas, isto é, há um intenso movimento entre essas cidades, através de deslocamentos para trabalho, educação, negócios ou serviços. No entanto, essa integração não ocorre com os demais municípios, que ainda se encontram desarticulados e sem perspectivas quanto a elaboração de políticas de desenvolvimento urbano.

Sendo assim, a despeito da pujança econômica, a RMCariri é carente de mecanismos institucionais de cooperação e de políticas que busquem minimizar a propagação dos problemas que transcendem os limites territoriais de seus municípios. Além disso, os atores regionais pouco aproveitaram a institucionalidade como oportunidade no plano de políticas públicas e planejamento integrado, assim como, a inexistência de um governo metropolitano dificulta a atuação dos conselhos.

Nesse sentido, pensamos que o processo de institucionalização da RMCariri foi movido essencialmente por dois fatores: primeiro a influência política, com planos estratégicos voltados essencialmente para o Crajubar, mas também pelo contexto urbano de seus principais municípios na rede urbana cearense.

## REGIÃO METROPOLITANA DE SOBRAL

Através da Lei Complementar Nº 168, de 27 de dezembro de 2016, foi sancionada a terceira região metropolitana do Estado do Ceará. Instituída por iniciativa do Governo estadual a RMS é composta por 18 municípios - Alcântaras, Cariré, Coreaú, Forquilha, Frecheirinha, Graça, Groaíras, Massapê, Meruoca, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Pires Ferreira, Reriutaba, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral e Varjota.

No art. 2º da referida Lei a RMS é apresentada como uma unidade organizacional geoeconômica, social e cultural que surgiu com o intuito de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. Não obstante, é importante destacar que há mais de uma década políticos locais já idealizavam a criação de um recorte institucional naquela região.

Na primeira década dos anos 2000, foi apresentado a Assembleia Legislativa do Ceará o Projeto de indicação Nº 91/2009, com a primeira proposta de criação de uma Região Metropolitana em Sobral. O projeto elaborado pelo então deputado Teodoro (PSD) defendia, na época que a criação da RMS teria como principal objetivo promover o desenvolvimento e a integração regional sustentável, bem como o crescimento econômico com distribuição de renda, e a articulação e integração de ações governamentais. Ademais:

A criação da Região Metropolitana é uma estratégia de governo e o fomento aos estudos e discussões para a sua criação demonstra o empenho do Governo Estadual. Aliás, o atual governo de acordo com sua nova visão de futuro realiza ações visando ao desenvolvimento e a consolidação regional, identificando potencialidades e problemas em determinadas regiões do estado. Estimula a forma compartilhada de gestão dos municípios interdependentes, tendo como exemplo de criação da Região Metropolitana do Cariri em sua política de desenvolvimento regional, que trabalha com uma visão de futuro.

O projeto enfatiza ainda que o município de Sobral possui um potencial turístico e cultural bastante elevado, um polo industrial a partir da presença de empresas como a Grendene S/A, Fábrica de Cimento, Fábrica Delrio e Café Serra Grande, além da formação de um centro universitário com base na sua oferta de ensino superior.

Nesse sentido, Queiroz (2013, p.130) destaca que no plano dos discursos políticos tanto a RMCariri quanto a RMS “apoiam-se na expectativa de promoção de um maior desenvolvimento local e regional e integração socioeconômica das partes envolvidas, além da possibilidade de acesso privilegiado aos financiamentos públicos federais”.

Posto isso, é lícito afirmar que a temática envolvendo o processo de institucionalização das RMs do Cariri e de Sobral é movida por forte complexidade, visto que, são aglomerados instituídos a partir de uma mobilização de cunho político-regional. Na tabela 4 é possível observar aspectos relevantes para se compreender a dinâmica e os níveis de integração metropolitana entre os municípios da RMS a partir dos dados populacionais.

**Tabela 4 - População da Região Metropolitana de Sobral.**

Municípios	Área (km <sup>2</sup> )	População (2010)	Taxa de urbanização (%)	População Estimativa (2017)	Densidade demográfica (hab/km <sup>2</sup> )
Sobral	2.122,98	188.233	88,35	205.529	88,67
Massapê	571,533	35.191	68,15	38.210	62,11
Santana do Acaraú	969,323	29.946	51,33	32.023	30,89
Forquilha	516,988	21.786	71,02	24.047	42,14
Coreaú	775,746	21.954	64,79	23.107	28,30
Reriutaba	383,119	19.455	54,43	18.769	50,75
Cariré	756,893	18.347	45,24	18.660	24,24
Varjota	179,255	17.593	81,94	18.239	98,07
Graça	281,890	15.049	38,64	15.307	53,39
Meruoca	144,940	13.693	54,19	14.948	91,38
Frecheirinha	181,240	12.991	58,78	13.669	71,68
Pires Ferreira	242,189	10.216	32,83	10.784	42,02
Mucambo	190,602	14.102	64,29	14.377	73,99
Alcântaras	138,598	10.771	32,01	11.459	77,71
Groaíras	155,963	10.228	69,18	11.012	65,59
Moraújo	415,614	8.070	44,66	8.636	19,42
Senador Sá	430,580	6.852	73,96	7.513	16,16
Pacujá	76,100	5.986	62,20	6.202	78,63
<b>Total</b>	<b>8.545,378</b>	<b>455.670</b>	<b>-</b>	<b>492,491</b>	<b>-</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico – Ceará (2010)

\*Estimativa populacional do IBGE para o ano de 2017.

São muitas as disparidades entre os municípios da RMS quando se considera a concentração populacional. Enquanto Sobral se reafirma como uma das principais cidades do interior cearense com uma população de pouco mais de 200 mil habitantes, os demais 17 municípios possuem menos de 50 mil. Outra característica importante refere-se ao grau de urbanização. Com 88,35% Sobral é o município com a maior taxa de urbanização da RMS, no entanto, sua densidade demográfica é menor que os municípios de Varjota (98,7 hab/km<sup>2</sup>) e Meruoca (91,38 hab/km<sup>2</sup>) respectivamente. Convém destacar ainda que os municípios de Graça, Pires Ferreira, Alcântara e Moraújo possuem menos de 50% da sua população residindo na sede municipal. Situação diferente do que acontece entre os municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, na região do Cariri, a RMS não apresenta um processo de conurbação, em razão das distâncias entre suas áreas urbanas. Desse modo, Sobral atua sozinho como polarizador da região, uma vez que, os demais municípios integrantes de sua região metropolitana não possuem a mesma expressividade socioeconômica, configurando assim, um quadro de disparidade intra-regional.

Diante do exposto, se faz necessário reconhecer a importância de Sobral no contexto da rede urbana cearense desde o início do século XVIII, quando representava um importante núcleo pecuário-algodoeiro do Estado. Detentora de uma forte concentração do setor terciário e expressivo setor secundário, o município é considerado um pólo regional que exerce influência sobre toda a região norte do Ceará, bem como, sobre parte do Piauí e do Maranhão, atendendo pouco mais de 50 municípios da região.

A centralidade exercida pelo município está pautada em uma ampla oferta de serviços públicos e privados, além da produção industrial e a diversificação da função comercial. Tais características vêm intensificando o seu poder de atração, e promovendo um intenso fluxo de migrações pendulares visto que, a cidade atende centenas de pessoas oriundas dos municípios circunvizinhos.

Em se tratando dos serviços de saúde, o município conta com sete hospitais de grande e médio porte, dentre eles, seis da esfera pública e um privado. Além do Hospital Regional Norte (HRN), instalado em 2013, com intuito de atender a mais de 54 municípios do entorno, destacam-se: a Santa Casa de Misericórdia, Hospital do Coração, Hospital Dr. Estevam, Hospital Mista Dr. Tomaz Correa Aragão, Hospital Unimed (privado), Policlínica Bernardo Félix da Silva.

Além desses equipamentos, o município contabiliza cerca de 33 Centros de Saúde/Unidade Básica; 14 Unidades de Apoio Diagnóstico e Terapia (SADT Isolado) quatro farmácias públicas, entre outras instituições que somados, totalizam 185 estabelecimentos de saúde. O sistema de saúde de Sobral foi um dos primeiros a adotar o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e o Programa Saúde da Família (PSF). Acresce destacar que o HRN considerado o maior do interior do Nordeste, com quase 200 leitos para internação totalizando até 1.300 internações por mês (PEREIRA; HOLANDA, 2017, s/p).

Outro fator que promove um grande número de migrações pendulares para a cidade é a expansão do ensino superior. Atualmente Sobral conta com três instituições de ensino público – Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) e um campus da Universidade Federal do Ceará (UFC) – que oferecem diversos cursos de graduação e pós-graduação, além de uma grande oferta de instituições particulares, das quais destacamos a Faculdade Luciano Feijão e Instituto Superior de Teologia Aplicada. Juntas estas instituições de ensino ofertam 48 cursos de graduação no município.

No que se refere ampliação e diversificação da função comercial no município destacamos a chegada de importantes redes de varejo do mercado mundial, a exemplo do grupo *Carrefour*, instalado em Sobral com o uso da marca Atacadão, em 09 de abril de 2015; e o grupo *Pão de Açúcar* com uma filial da Rede de lojas Assaí, inaugurado em 18 de dezembro de 2014. Além destes destacamos o Grupo Pinheiro Supermercado, que atua no mercado cearense com 11 lojas distribuídas em seis cidades. Nas palavras de Pereira e Holanda, (2017, s/p).

Esse dinamismo pelo qual as atividades econômicas têm passado em Sobral, que levam a ampliação do comércio e do serviço para áreas que vão além do centro consolidado, se justifica pela força do emprego formal apresentado na cidade, pelas políticas públicas de atração de investimentos, pelos programas sociais que ajudam na composição da renda, etc.

Nesse contexto de expansão comercial destacamos a implementação do *North Shopping* de Sobral, inaugurado em maio de 2013. Com Área Bruta Locável de 18.244,41m<sup>2</sup>, segundo o *sítio do shopping* possui cinco lojas-âncora, três mega-lojas, 133 lojas-satélite, cinco salas de cinemas, uma delas 3D. (<http://www.northshoppingsobral.com.br/lojas/>). O empreendimento é o segundo a se instalar no interior cearense e promove o aumento de interações espaciais nas cidades.

Nessa conjuntura de transformações socioespaciais, o maior desafio enfrentado pelas RMs cearenses ainda é a governabilidade. Isso porque, ao serem instituídas as RMs são contempladas com instâncias responsáveis pela sua gestão, a exemplo dos Fundos para financiamento específicos, Conselhos consultivo e deliberativo e até instrumentos de planejamento, no entanto, poucos, ou nenhum deles são de fato efetivados.

Essa fragilidade institucional e a falta de cooperação entre os governos municipais tem dificultado a solução dos problemas de interesse comum, de modo que, as iniciativas metropolitanas não têm acontecido na prática. A expectativa de mudança veio com o Estatuto da MetrÓpole (2015), Lei que estabelece uma série de instrumentos com obrigatoriedade de implementação aos entes metropolitanos e a promoção da governança compartilhada das funções públicas, com prazo determinado de três anos.

No seu artigo 10º a Lei assegura que tanto as regiões metropolitanas como as aglomerações urbanas deverão contar com Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), aprovado mediante Lei estadual. Além disso, o PDUI deve considerar o conjunto de municípios que compõem a unidade territorial urbana e abranger áreas urbanas e rurais.

Tentando atender a esta atribuição o Governo do Ceará, por meio da Secretaria das Cidades lançou ao final do mês de fevereiro de 2018 o início dos trabalhos relacionados à elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), das Regiões Metropolitanas do estado. O encontro para dá início à elaboração do plano aconteceu em Sobral, e tem por objetivo instituir um modelo de governança metropolitano com o envolvimento do poder executivo estadual e municipal, participação da sociedade civil organizada e integração entre diversos setores na formulação e execução de funções públicas de interesse comum.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na prática, muito ainda precisa ser feito para a efetivação e integração das RMs do Cariri e de Sobral, uma vez que estas ainda não foram regulamentadas, isto é, seus municípios ainda se encontram desarticulados. Ademais, a governabilidade desses espaços continua como um grande obstáculo, já que ao serem instituídas, essas RMs foram contempladas com instâncias responsáveis pela sua gestão, a exemplo dos Fundos para financiamento específicos, Conselhos consultivo e deliberativo e até instrumentos de planejamento, no entanto, poucos, ou nenhum deles saíram do papel.

No caso da RMF, ainda que apresente maiores níveis de integração dos seus municípios com a metrópole, também é possível observar fragilidades no tocante à problemática da gestão metropolitana. Isso porque até 2013 não existia uma instituição específica responsável pela gestão da RM de Fortaleza. Tal instituição só existiu entre 1973 e 1991, sob o nome de Autarquia da Região Metropolitana de Fortaleza (AUMEF), instância instituída pela Lei Estadual no 9.800/1973 e extinta pela Lei no 11.831/1991. Com a extinção da AUMEF, a gestão metropolitana da RMF passou as secretarias estaduais, o que tornou mais complicado o gerenciamento das questões metropolitanas, uma vez que estas instituições atuavam em todo o estado (TSUKUMO, 2013).

Em face do que foi exposto até aqui, podemos afirmar que no Ceará prevalece a existência de regiões metropolitanas sem estruturas gerenciais, marcadas pela falta de mecanismos de gestão condizentes às suas necessidades. Ademais, apesar de serem arranjos institucionais comandados por uma metrópole e duas importantes cidades médias da rede urbana cearense ainda precisam avançar muito para promover a execução de funções públicas de interesse comum a qual se propõem.

## REFERÊNCIAS

- AMORA, Z. B. O espaço urbano cearense: breves considerações. In: AMORA, Z. B. (Org.). **O Ceará: Enfoques Geográficos**. 1ª Edição. Fortaleza: Funece, 1999. p. 25-40.
- ASCHER, F. **Metápolis**. Acerca do futuro da cidade. Tradução de Álvaro Domingues. Oeiras: Celta Editora, 1998.
- AZEVEDO, S. de; GUIA, V. R. dos M. Os dilemas institucionais da gestão metropolitana no Brasil. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). **Metrópoles**: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro, 2004. p. 97-110.
- COSTA, M. C. L.; AMORA, Z. B. Fortaleza na rede urbana brasileira: de cidade à metrópole. In: COSTA, M. C. L.; PEQUENO, R. **Fortaleza: transformações na ordem urbana**. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2015.
- GARSON, S. **Regiões metropolitanas**: por que não cooperam? Rio de Janeiro: Letra capital: Observatório das metrópoles; Belo Horizonte, MG: PUC, 2009.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://goo.gl/OXOAIU>>. Acesso em: 25 fev. 2018.
- LENCIONI, S. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. In: FERREIRA, A. RUA, J. MARAFON, G. J. SILVA, A.C.P. (Orgs.). **Metropolização do espaço**: gestão territorial e relações urbano-rurais. Rio de Janeiro. Consequência, 2013, p. 17-34.



\_\_\_\_\_. Reconhecendo Metrôpoles: Território e Sociedade. In: SILVA, C. A. da; FREIRE, D. G.; OLIVEIRA, F. J. G. de (Orgs.). **Metrôpole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: Faperj, 2006. p. 41-58.

LIMA JUNIOR, F do O. **Estrutura produtiva e rede urbana no Estado do Ceará durante o período de 1980-2010**. 2014. 292 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Economia, Campinas, 2014.

MOURA, R.; FIRKOWSKI, O. Metrôpoles e regiões metropolitanas: o que isso tem em comum?. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 1, p.105-114, jan. 2001.

MOURA, R; LIBARDI, D; BARION, M. I. Institucionalização de Regiões Metropolitanas: qual o sentido?. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 111, p 129-143, jul./dez. 2006.

Northshoppingsobral <http://www.northshoppingsobral.com.br/lojas/> acesso em: 12 de abril de 2018.

PEREIRA, L. F. P; HOLANDA, V.C.C. de. **Descentralização das atividades comerciais e de serviços em cidades médias: uma análise da avenida Dr. Arimatéa monte e silva em Sobral-CE**. In: III Simpósio Regional Comércio, Consumo e Cultura nas Cidades. Sobral, 19 a 22 de junho de 2017. Disponível em: <<http://srccc.com.br/rs-content/files/KBFLDNGCHPQA162.pdf>>. Acesso em: 25 de mar. 2018.

QUEIROZ, I. da S. **A Metrópole do Cariri: institucionalização no âmbito estadual e a dinâmica urbano-regional da aglomeração do Crajubar/CE**. 2013. 205 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano – MDU) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Universidade Federal do Pernambuco. Recife, 2013.

ROLNIK, R; SOMEKH, N. Governar as metrôpoles: dilemas da recentralização. In: RIBEIRO, Luiz. Cesar de Queiroz. (Org.). **Metrôpoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro, 2004. p. 11-124.

SILVA, J. B. da. A Região Metropolitana de Fortaleza. In: SILVA, J. B. da; CAVALCANTE, T. C.; DANTAS, E. W. C. (Org.). **Ceará: Um Novo Olhar Geográfico**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, p. 101-124, 2005.

SOUZA, M. S. Ceará: bases de fixação do povoamento e o crescimento das cidades. In: SILVA, J. B. da; CAVALCANTE, T. C.; DANTAS, E. W. C. (Org.). **Ceará: Um Novo Olhar Geográfico**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, p. 340-361, 2005.

TSUKUMO, I. T. L. et all. Região metropolitana de Fortaleza: desafios para governança num contexto de instabilidade dos arranjos de gestão. In: COSTA, M. A; TSEKUMO, I. T. L. **40 anos de regiões metropolitanas no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013.